



Fundação Cuidar o Futuro

# Fundação Cuidar o Futuro

NA CAPA: DESENHO DE **LOURDES CASTRO**

OUTUBRO 1957

# presença



Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c-D.

EDITADA PELA J. U. C. F.

FILIADA NA PAX ROMANA

## SUMÁRIO

### Ausência

**A propósito da espiritualidade conjugal e familiar**

**A Família, comunidade de amor**

**Fraldas e latim**

**Preparando o futuro**

**A Família e a lei**

**A Família indígena em África**

**Situação das famílias pobres na área de Lisboa**

**Edith Stein**

**Notícias da Pax Romana**

Tem este número como ideia central — a Família — e assim aparece-nos um primeiro artigo, de carácter doutrinário, sobre «Espiritualidade conjugal e familiar».

Com a «Família, comunidade de amor», foca-se o verdadeiro amor, como base sólida de uma vida familiar autêntica.

«Fraldas e latim» é um interessante testemunho de uma rapariga que põe a render no lar a sua vocação de universitária conseguindo o equilíbrio na vida familiar, por uma justa hierarquia de valores.

Em «Preparando o futuro» encara-se todo o aspecto da preparação para o casamento e para a vida familiar que o namoro deve revestir. Com a «Família e a lei» faz-se uma apreciação de como a Família é encarada nos documentos legislativos. «A Situação da Família em África» e «A Família nos meios pobres portugueses» são artigos de carácter informativo, focando estes 2 assuntos.

# Fundação Cuidar o Futuro

Com a aprovação da Autoridade Eclesiástica

---

Composto e impresso na Tipografia Cardim, Lda. — Cascais



# AUSÊNCIA

Os documentos pontifícios e as estatísticas dos sociólogos coincidem ao apontar a gravidade da situação que a Família atravessa nos nossos dias, e por isso esta garantia de uma autoridade que não temos, é suficiente para nos desaconselhar a repetição de quanto sobre o assunto se tem escrito.

Aliás os males que corroem a dignidade da vida familiar não datam de hoje apenas, e bastará relancear os olhos pela História dos povos ou pela literatura de todas as épocas para o concluirmos dos atentados que se têm cometido contra ela, mesmo nas sociedades chamadas cristãs.

Também, se, por graça de Deus, esclarecidas sobre a doutrina e santidade da vida matrimonial (e tanto quanto o permita o barro de que somos feitas) nos não impenderá directa e imediatamente a culpa de virem a quebrar pelo nosso lado os vínculos sagrados, talvez nos caibam, porém, responsabilidades de uma outra forma de destruição da Família: a perda lenta do seu espírito.

Como cidadãos de muitas pátrias, movemo-nos simultâneamente em múltiplos e bem diversos círculos, de carácter profissional e apostólico, e é exactamente naquele que por ordem natural seria autênticamente o nosso onde acabamos por nos sentir estranhos.

A casa familiar tornou-se o local de encontro fortuito dos seus membros em refeições apressadas, durante as quais cada um faz um esforço difícil (quando o faz...) para prestar atenção aos restantes, e, logo após, o emprego, a aula, a reunião, a leitura ou outra qualquer forma de trabalho necessário nos rouba impiedosamente uns aos outros. De nada vale recordar uma situação que não voltará mais, nem lamentar esta que se impôs à maioria como inevitável. Urge, porém, que nos não deixemos «habituar» a ela para que o diálogo entre o indivíduo e a comunidade familiar se não interrompa. Enquanto a angústia de nos sentirmos segregados da Família nos morder o coração, o espírito da Família permanecerá em nós muito embora as aparências o neguem; e deste modo em lugar de fantasmas dos seus membros, haverá *presenças* e os raros momentos de encontro serão, de facto, participação, na vida de todos aqueles que o Senhor quis do mesmo sangue.

# A PALAVRA DA IGREJA

## ● A Família Cristã

«O primeiro ambiente natural e necessário da educação é a família precisamente a isto destinada pelo Criador. De modo que, em geral, a educação mais eficaz e duradoura, é aquela que se recebe numa família cristã bem ordenada e disciplinada, tanto mais eficaz, quanto mais clara e constantemente se brilhar sobretudo o bom exemplo dos pais e outros domésticos».

(Enc. Divini Ilius Magistris)

## ● Fim e forma da educação cristã

«O fim próprio e imediato da educação cristã é cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão, isto é, formar o mesmo Cristo nos regenerados pelo Baptismo.

(Enc. Divini Ilius Magistris).

## ● Instituição Divina do Matrimónio

«O Matrimónio não foi instituído, nem restaurado pelos homens, mas por Deus, não foi pelos homens, mas pelo próprio autor da Natureza - Deus e pelo restaurador da mesma natureza Cristo Nosso Senhor, que o Matrimónio foi resguardado por lei, confirmado e elevado; por isso, essas leis não podem depender em nada das vontades humanas, nem sujeitar-se, a nenhuma convenção contrária dos próprios esposos».

(Enc. Casti Conubii)

## ● A graça sacramental

«Cristo elevando à dignidade de verdadeiro e real Sacramento da Nova Lei o matrimónio dos seus fiéis, tornou-o de facto, sinal e fonte daquela especial graça interior pela qual elevava o amor natural a maior perfeição, confirmava a sua indissolúvel unidade e santificava os próprios cônjuges».

(Enc. Casti. Conubii)

## ● Sua indissolubilidade

«...porém, fica de pé, a lei de Deus amplissimamente confirmada por Cristo e que não pode ser abalada por nenhum decreto dos homens, opinião dos povos, ou vontade dos legisladores: «Não separe o homem, aquilo que Deus uniu». (S. Mat. XIX, 6).

Se o homem injuriosamente tenta separá-lo, o seu acto é completamente nulo; e com razão, porque como já mais de uma vez vimos, o próprio Cristo afirmou: «Todo aquele que repudia a sua mulher e casa com outra é adúltero e quem casa com a repudiada é adúltero». (S. Luc. XVI, 18).

(Enc. Casti Conubii)



# a propósito da espiritualidade conjugal e familiar

Talvez nunca como hoje se tenha ensinado tanta moral, se tenham tratado tão de frente os problemas do casamento e da família. Mas permanece o escândalo do aburguesamento dos lares cristãos, é muito pequena a percentagem dos militantes da A.C. que continuam a viver no matrimónio o mesmo anseio de apostolado e de perfeição que os animava em solteiros.

Certamente que só do esforço pessoal dos esposos e do seu desejo de correspondência ao amor de Cristo há que esperar, em última análise, a mudança do panorama.

Não há dúvida, porém, de que o nosso século assiste a um esforço de reflexão sobre a santidade da família. Mal, se o houve, resultou da atracção da aparente novidade e daquela lei do espírito humano que o inclina a exagerar uma tendência que lhe pareça contrariar outra antiga. É verdade que certos autores se fixam quase exclusivamente no celibato como valores da Igreja e se desinteressaram, nas suas obras, dos problemas da perfeição cristã no casamento. Tal atitude, além do efeito negativo que pode causar, privando a espiritualidade conjugal duma base teológica sólida, pode favorecer a difusão de erros, nem sempre

lançados só pelos inimigos da Igreja; muitas vezes, são fruto apenas de teorizações apressadas ou unilaterais. Assim se contrariou a doutrina da ordem dos fins do matrimónio, se desdisse a superioridade objectiva do celibato consagrado a Cristo, se abriu inconscientemente a porta a mais de um atentado contra a santidade do amor e da família.

Por outro lado, tem-se perdido, progressivamente, o sentido da loucura cristã — aquela loucura de que S. Paulo falava aos Coríntios —, e não há dúvida de que semelhantes doutrinas têm contribuído poderosamente para isso. A prática religiosa de muitos casais, em que se depositava esperança, a espiritualidade pegajosa e piegas de tantos noivos, nada disto é corrupção accidental. Estava já implícita na teoria do amor e na visão inexacta do cristianismo que os dirigia.

## O matrimónio, seus fins e valores

É sabido que o matrimónio, sacramento de união indissolúvel entre um homem e uma mulher, símbolo e figura da união de Cristo com a Sua Igreja, tem por fim a geração e conveniente educação de novos seres humanos para a glória de

Deus, e o aperfeiçoamento e mútuo auxílio dos esposos.

Quer isto dizer, não necessariamente que duas pessoas resolvem casar directa e imediatamente porque desejam ter filhos, mas que, unindo-se neste sacramento, se obrigam a usar e procurar os bens específicos deste estado de acordo com uma hierarquia de valores. Dispensamo-nos de insistir, remetendo para um artigo publicado por A. desconhecido no n.º 14 da «Presença», como os dois fins principais do matrimónio — geração e educação dos filhos e valorização dos esposos — se articulam no plano divino de modo a conduzir marido e mulher à plenitude da vocação humana e cristã que lhes é perdida, repetimos apenas, pelas consequências da afirmação, em que, na ordem da instituição, é a geração dos filhos a finalidade primordial do casamento e para ela se ordena ou dela decorre não só a polaridade sexual homem-mulher como todas as realidades directamente ligadas ao matrimónio.

O problema naturalmente assume importância especial a respeito da união corporal que condiciona a transmissão da vida. Não há dúvida de que tal união está vinculada, antes de mais, à geração; mas seria es-

tranho que Deus a pedisse dos esposos, se não fosse possível encontrar nela um valor humano profundo que, longe de fazer regressar duas pessoas à condição da animalidade instintiva, pudesse contribuir eficazmente para o enobrecimento das suas almas e tornar-se instrumento de sublimação do seu mútuo amor. De facto, essa união não só pode como deve exprimir e objectivar a doação completa dos esposos um ao outro no cumprimento da sua vocação comum, a fusão total das suas vidas em ordem à complementaridade de ambos, a confiança definitiva na fidelidade do «outro», como garantia de estabilidade. Se toda a dádiva é símbolo daquele que oferece, encontramos aqui uma densidade de símbolo riquíssima: precisamente porque se trata de símbolo vivido, por exigir uma «presença» e uma «disponibilidade de todo o ser», com um subsequente resultado salutar que é o da sublimação da natureza sujeita aos ataques de concupiscência desordenada.

É evidente, pois, que não seria humano procurar apenas a fecundidade, perdendo de vista estes valores. Mais do que isso, é assim lícito aos esposos, desde que não contrariem directa e artificialmente a possível concepção, servirem-se dessa união para o seu enriquecimento mútuo, precisamente através da comunhão e doação total da vida conjugal. Talvez mesmo que o facto de a concepção não ser fisiologicamente possível em todos os dias e não haver portanto nunca mais do que uma

probabilidade disso, seja uma como que indicação da Providência de que os esposos têm liberdade de escolher, na pureza cristã, a norma de conduta conjugal que melhor servir ao enobrecimento da sua vida e do seu amor. Enobrecimento de que só eles podem julgar o que se fundamenta, como fica dito, na dignidade primária da transmissão da vida e no valor dos fins secundários que a união conjugal assegura.

Ora é, neste ponto, que se separam todos aqueles a quem parecem muito duras estas normas de moral cristã. Ultrapassando o alcance secundário que é próprio da união conjugal como símbolo da comunhão espiritual e sedativo da concupiscência, querem ver na união sexual um valor *absoluto* e autónomo com o qual, no seu entender, o amor conjugal se identificaria. Psicologicamente, a confusão é muito fácil, e não são raros os próprios esposos católicos que sofrem as consequências ou supõem que o «engajamento» da pessoa toda, apenas importa para a mulher uma expressão objectiva e última de doação. Não é assim. A comunhão de direitos e obrigações é mútua como é mútua a comunhão de finalidades primárias e secundárias na própria instituição. Por desconhecê-lo, acontece que certas raparigas no princípio do noivado se sentem chocadas com a eventualidade futura daquilo que se lhes afigura uma ingerência dos sentidos num domínio supostamente reservado só ao espírito. Infelizmente, desconhecem a reali-

dade do pecado original e suas consequências, uma das quais concretizada no desequilíbrio que dele resulta para a natureza humana em ambos os sexos e que o matrimónio é chamado a rectificar embora não de qualquer modo. Efectivamente, os cristãos de hoje julgam-se apenas obrigados a acusar quebras de castidade fora do matrimónio, como se a satisfação da concupiscência nele, de que fala o catecismo, não obedecesse a normas nas pessoas casadas ou só o adultério ou a limitação criminosa dos filhos constituíssem os seus abusos condenáveis.

Repetimos que nos parece ver na base de muitos erros recentes a falta de distinção entre o que é fundamental e primário e o que é secundário, mas subordinado como fim, na vida conjugal, ou entre o que é plenitude de realidade e o que é apenas símbolo e meio ordenado à sua plenitude. Porque, se a união corporal do casamento é só por si a própria essência e não unicamente meio natural e símbolo da plenitude do amor conjugal, que na intenção do Criador está destinado a assegurá-la parece impossível continuar a afirmar com a Igreja que são os filhos o primeiro fim da instituição do matrimónio; é-se logicamente conduzi-lo a aceitar a legitimidade das práticas anti-concepcionais em situações de crise (para não cair na outra alternativa de que só as pessoas de situação desafogada podem atingir a perfeição do casamento); levando a tese às suas derradeiras implicações, não se veria mesmo



motivo válido para condenar todas as aberrações com que duas pessoas quaisquer pretendessem, não exprimir o seu amor humano mas dar simplesmente desafio ao instinto desordenado.

Mas podemos tentar uma crítica mais profunda. Tudo neste mundo exige conta e medida, porque tudo deve servir, tudo é meio para o amor de Deus, na realização da sua divina vontade. Nem o trabalho, nem o apostolado, nem a penitência, nem a ciência, nem a oração sequer, se poderiam procurar como fins em si, ou exercitar sem critério. Tudo deve convergir, na Fé e na Esperança, para a Caridade, única realidade cuja medida é não admitir nenhuma.

Ora o que se diz, em geral, da caridade, que é o amor de Deus — e das criaturas n'Ele e por Ele —, pôde e deve dizer-se de todas as suas formas concretas e, portanto, do amor conjugal. E assim se pode afirmar que entre marido e mulher, unidos em nome de Deus como Cristo à Sua Igreja, não há nem pode haver limites para o amor, para esse amor que é participação de Caridade. Mas uma coisa é o amor em si e outra a maneira ou meio de o exprimir. No uso dos meios para um fim ou fins hierarquizado pertence à razão discernir da sua conveniência e oportunidade. Note-se que, neste sentido, até a procriação dos filhos é «meio» — meio de realizar a perfeição subjectiva dos cônjuges, meio de realizar, normalmente, a medida perfeita do lar cristão.

## Moral e perfeição

Na doutrina evangélica é necessário um esforço de abstracção para distinguir uma moral do mínimo. Não nos disse Jesus que fôssemos perfeitos como o nosso Pai do Céu é perfeito? A moral do casamento tem de ser, pois, encarada no âmbito normal da intimidade conjugal, sob pena de conclusões absurdas.

Escolhendo-se um ao outro e trocando as suas promessas perante Deus — sabe-se até que são os esposos os próprios ministros do sacramento —, marido e mulher tomam o compromisso de caminhar para a santidade, não apesar do casamento, mas através do casamento, isto é, assumiram a responsabilidade de santificar-se um ao outro e um pelo outro na realização dos fins da vocação que receberam. Esta verdade de que se santificarão um com o outro e um pelo outro, é fundamental para a compreensão da espiritualidade do matrimónio. Toda a santidade consiste e é medida pela caridade posta no cumprimento dos deveres de estado, e os deveres de estado do casamento implicam sempre duas pessoas. Fugir disto é ou ter uma visão errada da perfeição conjugal ou procurar uma solução, no fundo, fácil: no fim de contas, chega às vezes a ser mais simples resignar-se à incapacidade espiritual do «outro» e tentar o conforto duma devoção «compensadora». Nem há perigo de que o dia-a-dia seja vulgar, desde que se entenda em Cristo a fidelidade.

Fidelidade a Deus, fidelidade ao «outro». Fidelidade que consiste, em primeiro lugar, no desejo sincero e ardente do progresso, na total renúncia ao gosto exclusivamente próprio perante a resposta da caridade maior. É isto não é tão fácil quanto possa parecer, mesmo para uma pessoa «encantada». Porque por grande que seja a comunhão de ideias e sentimentos, só por fantasia se imaginará que duas pessoas hajam de ser, sem esforço, complementares em tudo. E porque não interessa a complementaridade na mediocridade, mas a complementaridade na perfeição. Por isso o amor conjugal, muito mais que um encanto, é uma transformação, não na personalidade do outro cônjuge, mas pelo «épauvrissement» de duas personalidades cada vez mais complementadas em Deus. Ser fiel não é, pois, apenas «estar de acordo sempre»; antes de tudo, é ser, pela própria presença, um constante sugerir de «mais alto». É um acordo e um encontro no ideal sugerido e realizado.

Ora isto exige uma atenção vigilante, uma prudência e uma intuição que só o próprio amor, vivido na Graça de Cristo, consegue dar; ser constantemente ideal e sonho para o «outro» sem estar nunca num plano inacessível a ele; ser um «sim» constante ao «outro», sem nunca atraí-lo com isso o amor de Deus. Não são antinomias insolúveis; mas a solução só se torna fácil na polaridade homem-mulher, nas suas semelhanças e dissemelhanças, nos diferentes chamamentos da perfei-

ção que cada sexo pode sugerir e ajudar a alcançar ao outro. O erro mais nefasto seria, aqui, portanto, o de esquecer que, governada embora pela mesma Moral, é diferente a maneira de ser marido e de ser mulher. Mas é este assunto suficientemente debatido já na «Presença» para que valha a pena prosseguir.

## Moral e Cruz

Disse-se que o caminho do amor e de santidade terá de ser, muitas vezes, o da renúncia. De lamentar, por isso, é que certa corrente moderna pretenda restaurar na terra uma tranquilidade semelhante à do jardim do Edén. Porque se esquecem então duas coisas: que nenhum de nós é puro como nossos primeiros pais antes da queda, e que a mensagem de Cristo é uma mensagem de loucura, que só se pode entender a través da Cruz.

Não são as obras por si que valem, é o amor que as inspira e informa... Mas no dever de estado de cada um de nós pode ser real uma cruz e podemos ser postos na alternativa de pegar nela ou de a repelir. Ora a censura que se pode fazer aos cristãos *sensatos* dos nossos dias — como aos do tempo de S. Paulo — é a total ausência deste sentido da cruz. Dessa cruz que redime pecados, que salva as almas, que nos liberta do egoísmo e das desordens da sensibilidade e do coração, que é, enfim, expressão de verdadeiro amor.

A perfeição cristã não pode,

pois, construir-se à margem da renúncia e da mortificação. E não é isto tristeza, porque a verdadeira alegria só pode encontrar-se na liberdade — e a verdadeira liberdade tem de ser, antes de tudo, conseguida contra o egoísmo e as paixões.

A primeira penitência na vida conjugal, muitas vezes, é a da doação. Por isso, a Igreja sempre ensinou que os esposos se não podem recusar um ao outro sem faltarem gravemente aos seus deveres, se não intervéem motivo razoável para tanto.

## Equilíbrio

Mas a perfeição não é, de modo algum, uma *letra*. É espírito e vida. Dissemos que a união sexual no casamento é em si mesma um valor. Dissemos que, ordenada embora em primeiro lugar para a geração, ela pode e deve servir o amor conjugal, pela obtenção dos seus fins secundários. Donde a conclusão de que tal união no casamento é não só legítima, porém santa e até instrumento de perfeição, quando traduz uma resposta à vocação de fecundidade ou de fidelidade, que demos a uma vontade (mesmo que adivinhada, apenas) do «outro».

Dizemos que o «sim» é, então, não só *bom* como até elemento de perfeição. Com um complemento apenas: a perfeição exige ainda e depende do conteúdo humano e cristão desse sim. Não bastaria querer ter filhos ou saber que o «outro» tem um direito para, na correspondência, se ser perfeito. Era

já *bom*; mas fica a imensidade aberta do *melhor* — na dignidade, na atitude, na pureza da intenção, na consciência da presença e da vontade de Deus, numa palavra, na imensidade aberta do amor cristão, da caridade divina.

Pode ser ainda melhor, se se procurar essa união como expressão ou testemunho dum amor instituído por Deus para a realização dum designio divino. Convém, todavia, observar que poderá, porventura, ser *mais perfeito* renunciar, de mútuo acordo, à união e procurar outras maneiras de exprimir e viver o amor humano, que, não esqueçamos, é qualquer coisa que transcende as situações concretas.

Queríamos, precisamente, não *dar normas* e notar que se necessita aqui duma visão muito serena e equilibrada, sem a qual se baralha tudo. Sobretudo porque cada caso é particular, porque a intimidade do amor não aguenta tabelas. Neste domínio, a convenção do *mais perfeito* depende até da viabilidade moral de cada solução concreta. Porque, uma vez mais, a caridade deve prevalecer sobre o esquema.

## Pureza

Tivemos a preocupação de não fixar normas dentro daqueles limites que a Moral deixa ao critério dos esposos. Dói-nos, por isso, mais que a literatura «cristã» moderna exalte de tal forma o valor da união sexual entre os esposos que perca prã-

ticamente de vista o valor da continência conjugal.

Recebemos os frutos disso: quando não podem ou não querem ter mais filhos, os cristãos que frequentam as nossas Igrejas, não receiam faltar aos mandamentos. Não será porque se habituaram a uma moral do mínimo?

Não é só este o mal. Ele está já na falta de pureza, de amor reflectido à luz de Cristo, que corre por esse mundo além. Pode ser que certas coisas não sejam pecado, que outras não passem de faltas leves. Mas perguntarmos: Isso basta a uma alma cristã? Isso chega a dois esposos cristãos?

Vem a propósito falar da pureza. Pensamos que pureza se pode definir como o primado do espírito nas relações entre alma e corpo. Primado não quer dizer totalitarismo, não significa negação dos valores sensíveis. Significa só que a castidade conjugal, a pureza conjugal, consiste em aceitar todos os valores que Deus criou, *mas na consciência plena da sua ordem*. Só assim se pode manter a continuidade, entre a virgindade dos noivos e a pureza dos esposos (que devem ser tão immaculados como aqueles, embora em planos diversos).

A falta de pureza de tantos lares cristãos, denuncia-se nesta carência do primado do equilíbrio sobre os seus bens sensíveis, patente nas levandades que não chegam ao pecado grave nem talvez leve contra a castidade, mas denunciam a falta de asas em quem os constitui

e são coroa e efeito da sua mediocridade espiritual e humana. Tais levandades são o sinal da ausência da Verdade e sinceridade, incompatível com a intimidade de Deus.

Nunca como hoje se *soube* tanto; nunca como hoje, talvez, se *tenha amado* menos. A delicadeza não é ignorância, mas é circunspecção, no uso digno do que se sabe que gera o respeito dos outros pelo respeito de nós mesmos. Temos esquecido que o cristianismo é, antes de tudo, um *Encontro* com a *Pessoa de Jesus*. Pensamento de Deus nascido em natureza humana.

### Cristo na Família

Nada do que dissemos valerá sem este encontro vivo de ambos os esposos com Cristo, se não se virem n'Ele, se *O* não vivem no seu mútuo amor. Sem esta vivência, nem as doutrinas serão acreditadas vitalmente, nem postas em prática. E, pelo contrário, quando Cristo estiver presente poderemos calar-nos.

É todo o problema da espiritualidade na família. Cuidam alguns que basta ir a reuniões, ter conversas devotas, trabalho em campanhas da Acção Católica. Pensemos que é mais simples e muito mais difícil também: é «apenas» viver o cristianismo a exemplo de Cristo.

Os esposos têm em si mesmo o modelo: quando se «descobriam» um ao outro, não foi certamente um cartesianismo florido que pensaram: foi um encontro de pessoas, um contacto

de mundo a mundo. Enquanto o cristianismo não for para eles assim, falta-lhes descobri-lo ainda. Não é preciso que procurem temas pios, nem que se lancem na investigação teológica. Tudo isso será autêntico, na medida em que cumpram ou resulte de Cristo. Procurem-no a Ele, saibam transformar-se n'Ele, tender a Ele um com o outro, um pelo outro. E será altura, então, da palavra de S. Agostinho: ama e faz o que quizeres.

O mesmo se diga da educação dos filhos. É verificação dolorosa que nem sempre são os lares cristãos viveiro de santidade. Porque se respeita a doutrina de Cristo, se ama talvez no íntimo, vagamente, a pessoa de Cristo, mas se não vive com Ele na sua realidade de Pessoa viva.

O ensino religioso da juventude peca, às vezes, precisamente por isso: quando muito, conduz à explicação, não ao Encontro com Cristo. Se muitos adolescentes educados «catolicamente» se sentem, em dado momento, como flores de estufa, sem loucura, nem sonho, nem heroísmo, é talvez porque nunca lhes falámos de Cristo vivo, de Cristo crucificado neles e por amor deles. Se muitos se não convertem, é talvez, ainda, porque teimamos em apresentar-lhes um cristianismo *sem* exageros. E portanto sem amor. Ninguém se converte senão a uma loucura maior. Como ninguém se apaixonará senão por Alguém.

R.

## A Família, comunidade de amor

Todas as frases — as mais simples, as mais subtis as mais filosóficas — que procuremos definir a convivência íntima da família, gravitam à volta de uma única palavra: Amor.

Nele tem de radicar o contacto entre os esposos, nele tem de assentar a nossa doação aos filhos; a ele tem de ir buscar alento a nossa contínua preocupação pelos outros, a nossa abertura para os que não são o que chamamos, por vezes com uma ponta de egoísmo vaidoso «a nossa família».

O amor encontra-se na essência de todas as actividades humanas, se as elevarmos ao seu mais alto grau de pureza. *Deus Caritas est* — Deus é Amor — e o homem, feito à semelhança de Deus, mergulha as suas raízes nessa fonte inesgotável.

Ousemos portanto fazer a pergunta que surge em tantos espíritos demasiadamente medrosos para formularem abertamente: Poderá o amor subsistir no casamento? Ou, mais concretamente, resistirá o amor ao casamento?

Façamos desde já a distinção essencial entre o que vulgarmente chamamos paixão e o verdadeiro amor.

Paixão indica-nos algo de instintivo, em que a inteligência, a compreensão e a generosidade servem o desejo momentâneo — desejo que se pode extinguir com o passar dos anos, às vezes com o passar dos meses. A paixão procura-se a si própria naquele a quem quer, e procura o seu próprio prazer. A paixão é, pois, fundamentalmente egoísta (ou egocêntrica, se preferirmos).

O amor é bem diferente. Pode coexistir com a paixão e persistir após o seu desaparecimento; pode ainda só adquirir o seu verdadeiro valor, a sua completa eclosão no momento em que a paixão enfraquece.

Não pretendemos definir o amor. S. Paulo fê-lo de modo inultrapassável ao falar-nos da caridade. Mas o que queremos afirmar é que, para o conservarmos tal como idealmente o concebemos um dia, em relação a alguém que vemos, hora a hora, nos momentos de fraqueza e desencorajamento, que já não é para nós o ente superior e sem defeitos do primeiro momento, precisamos de todas as nossas forças e de toda a nossa inteligência. Precisamos, bem despertas e bem resolvidas a vencer, de tomar o nosso amor nas mãos e olhá-lo de frente, corajosamente.

Quais as coisas que nos aproximam daquele a quem amamos? Quais as que nos afastam? Com os olhos, os ouvidos e o coração bem abertos, inclinemo-nos sobre estas duas perguntas essenciais.



Family group Henry Moore



As respostas à primeira são tão diferentes e individuais como diferente e individual é um homem relativamente ao seu semelhante.

Para a segunda, porém, quantos pontos de contacto em todos os lares. Dispersão da vida moderna, falta de tempo para pensar em comum os grandes e pequenos problemas do dia a dia, da vida conjugal, da educação dos filhos. Saibamos julgar valorativamente as ocupações a que nos entregamos e cortemos decididamente com algumas — por vezes bem louváveis — para preenchermos o lugar que só a nós pertence e no qual não podemos nem devemos ser substituídas. Criemos à nossa volta um ambiente intelectual e fisicamente repousante, no qual os que nos rodeiam, expandindo-se livremente, encontrem da nossa parte o necessário apoio e compreensão.

É a este amor consciente e profundo, radicado num mútuo ideal de santidade, que os esposos têm de ir buscar a força moral e física para uma completa e alegre doação aos filhos. E não dizemos completa no sentido de exclusiva ou exclusivista. Completa é para nós a doação que sabe hierarquizar os valores, que nos encontra sempre disponíveis no momento preciso, e disponíveis até ao último limite.

Julgamos por vezes que o amor dos pais aos filhos, por mais instintivo e universal, não necessita vigilância constante, auto-domínio, renovação interior. Os filhos são carne da nossa carne, e nos primeiros meses sentimo-los como um prolongamento do nosso próprio ser. E não existirá, nesta forma de amar, algo de menos puro? O verdadeiro amor não se procura, entrega-se.

Durante os anos maravilhosos em que se forma a nova personalidade, temos necessariamente que exercer uma vigilância constante sobre nós próprias. Consagramos a cada filho uma atenção respeitosa, reconhecendo a verdade dos seus actos naquilo mesmo que nunca sonháramos para ele; reconhecendo com humildade que lhe havíamos imaginado um caminho diferente do que Deus lhe reservara.

Forcemos ao auto-domínio numa distribuição justa de tudo o que possuímos — o amor, o pão, o carinho, o conhecimento da vida, a repressão do mal.

A renovação interior de que necessitamos é feita do movimento constante da nossa alma na procura de um amor cada dia maior e mais santo pelos filhos. Nunca podemos esquecer que o amor mais instintivo é aquele que mais sofre a instabilidade do temperamento.

A nossa vida desenrola-se no seio de uma família composta de pessoas. E nessas pessoas atraí-nos especialmente aquilo que sentimos como um reflexo de nós mesmos. Se não purificarmos o amor que lhes consagramos, nem aos nossos filhos conseguiremos amar com um sentimento igual e equilibrado.

Estruturada nestes moldes, a família abre-se naturalmente para o mundo exterior. Todos aqueles que a rodeiam recebem a influência dessa forma não egoísta de amar. As conversas que, sem aflorar problemas íntimos, deixam aparecer o perfeito acordo entre os esposos; um natural domínio de si que transforme a convivência com uma criança num contacto egradável, ao qual, porém, não deve faltar espontaneidade; uma abertura da alma familiar para os problemas dos outros, levada a efeito na intimidade, mas que enche o espírito de modo a transporecer involuntariamente nas relações exteriores.

E, envolvendo a existência inteira, os momentos de esperança como as imensas horas de amargura, Deus, presença constante e fulcro do Amor, último limite da vida de família.

Maria Helena da Graça Mira Mateus

## “Fraldas e Latim”

FERNANDA MACRUZ — pertenceu à Equipe Nacional, de 1949 a 1951. Foi depois para São Paulo, onde trabalhou como secretária da Equipe Diocesana. Casou com Radi Macruz, da JUC de São Paulo, hoje médico. Actualmente encontram-se nos Estados Unidos, onde Radi está realizando estágios em vários hospitais. Foi lá que lhes nasceu mais um filho, o terceiro e que se chama Patrícia.

Alguém disse:

— I'am only a house-wife.

A «frase feita acordou-me. Já ouvira isso, antes. Frase feita. Mal usada e tão abusada. Também eu usei a frase.

Nós «as formadas» gostamos de «only». Nesse «only», vai toda a frustração de não e também directamente aplicando nossos diplomas. — Em vão, procuramos declinar fralda em latim. E como não conseguimos, desabafa-se no... «only». Sublinha-se o «only». No «only», vai toda a nossa vingança.

\* \* \*

Ser «house-wife», compreende ser esposa, mãe e dona de casa. O marido é médico, engenheiro, «o diabo». Em horário fixo, ou senão, sem horário, quando é «o diabo», é «o diabo» e mais nada. Em casa, é marido é pai. Pai de crianças que, se às 6 não estão na cama, estão indo. Nossas três funções, porém, não se separam. Nem têm horário. Mães, esposas e donas de casa, somo-lo a um só tempo: vinte e quatro horas de um dia. E do outro também.

Agora, que estou no ofício há quatro anos, olho p'ra trás e vejo mais coisas. Na imagem do altar, por exemplo, vejo nós dois e mais alguém.

Eu disse «sim» ao Macruz. Um «sim» no escuro. Naquela hora, eu não sabia da bigamia do caso. É. Eu casei com Macruz. E com a Medicina também. Isto, iria significar que eu seria a esposa. Mas, na grande maioria do tempo, Macruz deveria estar com a «outra»... a Medicina.

Também a casa, era uma imagem romantizada. Eu não sabia, então, que, nela, todo o mundo tem horário para tudo, menos eu. Não sabia tão pouco que, logo que me instalo para escrever, o meu próprio movimento faz nascer, neste meu bando de «alguéns», o urgente desejo de ir ao banheiro. É que eu, gostosamente instalada, sou arrancada à minha inspiração pelo pensamento imediato e prático, de evitar desastres na cera do chão.

\* \* \*

A gente casa, e conforma-se pouco, com a queda de actividade em escala de A. C. organizada. Trabalhar em equipe, o «movimento» da JUC, a vivacidade febril do meio universitário, tornou-se vício.

Equipe existe. Mas, é tanto mais difícil quanto íntima. E é diferente: tem só três membros: Deus e nós os dois. E os dois, têm sectores diferentes. Se um tem a profissão — campo delimitado, definido e claro — o outro tem um campo infinitamente aberto. Desconcertantemente vasto. «Un monde aux mille visages», segundo Jovenroux. E a gente perde-se no desequilíbrio de uma adaptação custosa. No reconhecimento do VER, JULGAR e AGIR de cada uma das mil caras.

Há ainda a espiritualidade. Somos agora dois e Deus. O absoluto e o relativíssimo. Um «triângulo» que se não resolve facilmente, como os do cinema. Acertar o passo, é todo um galho. O galho de Deus, segundo Macruz. Na JUC, o «cada macaco em seu galho» funcionava quanto

à espiritualidade última, pessoal. Agora, a coisa é outra: são dois, os macacos. E... o galho é um só.

Não é fácil encontrar a linha de espiritualidade comum ao casal.

Só agora vislumbramos a nossa. — Vislumbramos, disse eu. Agora sublinho. — Já era tempo: Hugo, o nosso mais velho, já está entrando na equipe.

Foi agora também que eu disse afinal o «sim» inteiro. Completo e consciente. A Macruz e à Medicina. A Deus.

\* \* \*

Já não lavo a louça às pressas. Na fúria de ler, enquanto os «selvagens» dormem. Fúria. No grande medo, de não manter em dia, a minha... «cultura».

Aprendi tão de repente, que a cultura nunca está em dia mesmo. Compreendi que a minha cultura deve estar condicionada à minha «profissão». Não deve, não pode ser aquela cultura aérea e flutuante do fulano que leu Sócrates e a quem se pergunta «e daí?».

Mais do que isso: aprendi a Meditação. Aquela que faço mudando fraldas à Patrícia. Entrou em mim de um golpe. Seu valor intelectual também. Foi ela, uma, que ampliou, completou, alinhavou em mim, a outra, a tal cultura. A cultura nossa... das «formadas».

Graças a ela, pus-me afinal, inteira e sem desculpas, bem mais nas mãos de Deus. Tudo porque Patrícia tem, no seu coração, um buraco a mais. A mais do que devia. E vida, haverá ou não...

Troco a fralda e vou pensando em Deus e amando Patrícia. Um bebê gorducho, bonito e tão gostoso. Um bebê que, afinal não é «meu bebê». Mas uma alma dentro de um corpo. E «alma» parou de ser palavra de oração. E de filosofia. O pensamento já não escapa por entre os dedos do raciocínio. Uma alma num corpo que Deus emprestou. Confiando na gente.

Senti-me mais culta. A teoria da tese saiu do livro e do diploma. Parou de ser voz de professor. Ou ponto de exame. Agora tenho-a na carne. Senti-me maior. Vi Deus a olho nu. E, no

nosso plano físico, se O vi a olho nu é que estou mais perto... d'Ele.

Já não devoro livros, noite a dentro. Um dia, um marido disse-me que não conseguia mais conversas com a mulher. Que «tinha sido formada». Porque — dizia ele — ela só fala de empregada. A história ficou-me. E ficou atrapalhando. Como sou exagerada, as soluções também são: queimei muito arroz, por não querer dar «atenção de mais» à casa.

Ganhei calma. Sei o que leio. Gozo o que estudo. Agora, já me permito comparar minha cabeça com a máquina de carne, lá da cozinha. O que chega vai sendo moído, devagarinho, com a graça de Deus.

Dia que estou cansada, decreto feriado. Jantar é de lata. E passo o dia a fazer coisas de que gosto, à la Fernanda. Mas faço-o autenticamente. Sem sombra de culpa. Porque sei que preciso. Porque a hora da folga chegou. Porque compreendi que ser dona de casa, esposa e mãe, não é «only», não senhor!

Aprendi que cozinha, também se estuda à mesa sentada. Armada de papel, lápis, inteligência e Amor. E que, p'ra falar com a vizinha, preciso de todos os meus cursos e do Espírito Santo também. Porque ela pergunta:

— What do you mean by «brother»?

E explicar a americano que russo é seu irmão, não é sorvete!

Aceitei a pobreza. Aquela que Macruz queria e que eu vivia..., porque tinha dólares mesmo. Agora é diferente. Ela entrou na equipe... de mansinho. A irmã pobreza do nosso santo.

\* \* \*

Outro dia, fiz exame de motorista. Tive de encher papel. Desses de nome, profissão, estado civil. Na profissão, fui escrevendo HOUSE — WIFE. Sem «only». Firme. Segura. E muito altiva.

Sabeis, ó gentes? Afinal, eu pus Deus nisso.

(Transcrito com leves adaptações de «Traço de União»)

Publicação do grupo de Formados do Brasil)

# PREPARANDO O FUTURO

Preparação para o casamento e para a vida familiar é um tema tão complexo, levanta tais problemas que não me sentiria com forças de o abordar de uma forma sistematizada.

Não pretendo, portanto, com este artigo, expor teorias ou mesmo apresentar ideias originais sobre o assunto. Queria, muito simplesmente, lembrar uns tantos pontos que me parecem essenciais e que são fruto, quer de leituras feitas, quer ainda, e sobretudo, duma meditação séria sobre o problema e duma tentativa de tornar vida a teoria, numa curta experiência de namoro.

Muito particularmente para quem encara a vida com seriedade, o namoro é um período, mais ou menos longo, em que aqueles que se amam, preparam, duma forma consciente, a união plena que se realizará no casamento.

Não pode ser, portanto, tempo de espera, de inactividade, de contemplação ou de sentimentalismo piegas. É a altura própria para assentar bem fundo os alicerces duma união autêntica, aferindo pontos de vista, limando as arestas de duas personalidades que, por necessariamente diferentes, se chocam em muitos pontos — num esforço de enriquecimento e num clima de exigência e elevação.

A família que se vai constituir, o ambiente que surgirá, dependem da atmosfera criada durante o namoro, porque a base dessa família são os dois que o Sacramento uniu num só.

Um dos pontos fundamentais da união é que cada um conheça o outro como a si mesmo e que o conheça tal como ele é.

No entusiasmo da descoberta, parecerá fácil este conhecimento. Não estão os dois de boa vontade prontos a patentear ideias, gostos, feitios?!... Não tenhamos ilusões! É muito difícil abrimo-nos tal como somos, porque o nosso egoísmo lá estará sempre a colorir, com as suas melhores tintas, o retrato de nós próprios. Se não nos acautelarmos, surgirão desilusões amargas que podem deitar tudo por terra. Tendo isto em conta é preciso não cair no cepticismo total. Vacinados contra desilusões, importa lançarmo-nos numa campanha de verdade e sinceridade, campanha que tem de continuar sempre através da vida.

Não pode haver medo de perguntar a causa de tal ou tal atitude, para nós menos clara, nem receio de discordar e de manifestar, com franqueza, a nossa opinião.

Esconder aquilo que pensamos, seria uma traição à verdade e a nós mesmos, à nossa personalidade que não deve ser esmagada pela do outro.

Para que seja possível o conhecimento, é necessário criar um clima de simplicidade, de franqueza e de seriedade, em que todos os problemas podem ser postos sem receio, em que os esforços se conjugam na procura duma única solução. Não há nada como a segurança e a confiança! Tudo ficará em falso, se esta confiança não existir porque é ela que cria

aquela atmosfera de paz e de tranquilidade, imprescindível à preparação da Vida futura, em que ela continua a ser um dos pontos essenciais.

Com esta base de verdade e confiança, poder-se-á partir, então, para uma vida de exigência em todos os aspectos e caminhar para um progresso, cada vez maior, da união.

Ambos têm dons, formação, carácter diversos, provenientes até da sua qualidade de homem e mulher. É, no entanto, na complementaridade, que a união se realiza, procurando cada um, na medida das suas possibilidades, dar o máximo para o conjunto. Não interessa dar o mesmo. Interessa, sim, dar o melhor, ser estímulo, apelo à santidade, não em teoria mas na vida.

A frequência dos sacramentos, a troca de experiências de vida interior, os propósitos feitos em comum, tudo pode consolidar a união verdadeira.

Mas há tendência para cair num egoísmo a dois, num mundo fechado para os outros. Pode ter-se ultrapassado a barreira de interesse exclusivo pelo «meu problema», para se construir outra, um pouco mais larga, mas que, da mesma forma, impede passar além do «nosso problema».

A preparação séria do casamento implica, portanto, renúncia constante e é, na medida em que os dois estão prontos a renunciar, mesmo àquilo que parece legítimo, que a união adquire força e

solidez. Afinal, como alguém dizia, os que se amam, estão também unidos quando olham ambos para o mesmo ponto, quando se entregam a uma tarefa comum.

O clima da exigência não abrange, porém, unicamente, o aspecto espiritual. Estende-se a toda a vida. Um namoro consciente é, necessariamente, estímulo para um trabalho sério, para a aquisição duma cultura autêntica, que terá projecção nesse pequeno mundo, na nova família, da qual os dois vão ser o suporte.

Para a rapariga, e sobretudo para a rapariga universitária, tem de ser o despertar para uma maior abertura e interesse por determinados aspectos caracteristicamente femininos que, por vezes, a vida absorvente da faculdade faz esquecer.

Há o perigo de cair num falso intelectualismo, desprezando, como sem valor, certos pormenores, de vida doméstica, considerados incompatíveis com a vocação universitária.

É evidente o erro de tal atitude, pois, se a mulher universitária se deve libertar da escravidão dos problemas domésticos que impede a abertura para um mundo de interesses mais vasto, não deve, de forma alguma, tomar a posição oposta.

É, na procura do equilíbrio e da harmonia, que se devem concentrar todos os esforços: fazendo por dar sempre, a cada coisa, o seu lugar, sem preconceitos nem exageros.

**M. B. A.**

«O homem unir-se-á à sua companheira e serão dois numa só carne. Por isso já não são dois, mas uma só carne. O que Deus uniu não o separe o homem».

(Mat. XIX, 5, 6)

# A Família e a Lei

Não haverá realidade deste nosso mundo humano que esteja mais próximo de cada um de nós do que a família. Nada nos é mais natural e nada carece menos de explicações, do que a compreensão da sua natureza, dos seus caracteres e da sua função — porque é verdadeiramente *sentida* por todos, ou na plenitude da sua acção benéfica no nosso eu e na nossa vida, ou na cicatriz dolorosa que a sua falta imprime no íntimo da nossa alma. Nascidas no seio de uma perfeita ou imperfeita, às vezes um pobre vestígio interrompido, ou privados completamente dela desde o princípio, sempre levaremos connosco, nos vários caminhos da existência, a marca que ela nos deixa, por presença ou por ausência. E isto que é um dado da nossa experiência existencial, classifica, de logo, toda a tradição individualista que foi a triste herança do século passado, de que vimos sofrendo os estragos tão profundamente demolidores. Mas, no providencialismo que preside a todos os acontecimentos do mundo, não resta dúvida de que foram esses estragos que se lamentam, o próprio germe da reacção que fez redescobrir os velhos caminhos autênticos, velados pela poeira dos desvarios. E assim,

a Família, como grupo natural e primeiro em que o homem — ser social — se encontra ou se deveria encontrar sempre inserido, como o meio autêntico para o nascimento, desenvolvimento e realização da personalidade humana e consequentemente, como a melhor garantia da organização harmónica da sociedade e da sua continuação — é, hoje, uma noção definitivamente conquistada pela grande maioria dos povos cultos com uma visão realista dos problemas dos homens. E, como em todos os sectores, a existência das excepções é o campo fecundo de reflexão que elas representam, não trazem senão um acréscimo de certeza provada àqueles princípios.

Não podia o nosso sistema jurídico-social assentar noutras colunas. E assim, começando pelo diploma legislativo fundamental, fica, de logo, claramente, definida a posição que o Estado toma em face da Família, cuja importância na estruturação orgânica da Nação é suficientemente posta em relevo. Todo o título III da Constituição Política de 1933 lhe é dedicado e nele se diz, logo no seu primeiro artigo: «O Estado assegura a constituição e defesa da família como fonte de conservação e desenvolvi-

mento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município».

Nesta definição de princípios que constitui um vasto programa, mergulha as suas raízes toda a protecção familiar que a lei portuguesa perfilha. E assim, numa sequência coerente, a Constituição assegura-lhe, logo, o seu papel político na organização nacional e a família aparece-nos como a base na estruturação corporativa integral da nação: são os chefes de família, como tais, e exclusivamente, que elegem as Juntas de Freguesia. E é este o primeiro elo da cadeia que por sucessivos degraus, chega até aos órgãos mais elevados da Nação. Deste modo a família se projecta na vida política — porque as juntas de freguesia concorrem para a eleição das Câmaras e estas das Juntas de Província, e todas elas, como autarquias locais, estão representadas na Câmara Corporativa — através do poder de expansão do edifício corporativo. E assim como os círculos característicos da água do lago, por mais afastados, não esquecem nunca que todos vêm da



mesma pedra que se atirou, assim a família encontra, sempre, o seu papel primordial, mesmo na cúpula mais longínqua da organização. É no título V da Constituição que tudo isto vem consignado.

Era evidente que, atribuindo-lhe tão importantes funções, o Estado não podia deixar de se preocupar em assegurar à família a sua constituição autêntica e a preservação da sua natureza e dos seus caracteres essenciais. Por isso, ainda na Constituição, no título III e art. 13, se legisla que a constituição da família assenta no casamento e filiação legítima. E entramos no capítulo mais importante da protecção legislativa à família: o reconhecimento do casamento católico, com os seus caracteres próprios, nomeadamente, a indissolubilidade, na lei civil, depois da Concordata com a Santa Sé, em 1940. E todos sabemos que é bem justificado classificar, de *mais importante*, esta protecção. No casamento que lhe serve de origem, encontra a família as suas próprias delimitações de natureza. E nós também sabemos como todas as concepções de casamento que não continham os caracteres que a religião católica lhe atribui, falseiam as famílias que dele resultam, atingindo-as na essencialidade do seu ser e das suas funções. Penso que será, até, abusivo chamar ainda família à realidade flutuante e contingente que é o fruto de tais casamentos, porque a família só se concebe permanente e una,

para não ser uma abstracção sem conteúdo.

E é esta família assim concebida que depois, em variados sectores, numa múltipla e bem intencionada legislação de pormenor, procura proteger.

No aspecto económico, é de salientar a instituição do Abono de Família, pelos decretos n.º 32.192 de 13 de Agosto de 1942 e 32.688 de 20 de Fevereiro de 1943, respectivamente, para os trabalhadores por conta de outrem, na indústria, no comércio e nas profissões livres ou ao serviço de organismos corporativos e de coordenação económica e para os funcionários públicos. É uma tentativa de realização do princípio do *salário familiar* já previsto também na Constituição, segundo o qual o justo salário não é somente definido pela participação do trabalhador no processo produtivo, mas ainda pelas suas necessidades. E, neste caso, o trabalhador é considerado existencialmente: não o trabalhador-tipo, mas este trabalhador, tal como é na realidade, parte integrante de uma família constituída por *n* pessoas e não utópicamente isolado.

São ainda de protecção económica à família as disposições respeitantes à assistência aos sinistrados do trabalho, e à viúva e filhos no caso de morte, da lei 1.942 de 27 de Julho de 1936. E a campanha largamente difundida e realizada da habitação económica, independente e conveniente para todas as famílias, a cooperação do Estado com a família na obra de educação, a constante vigilância

na salvaguarda da moral e dos bons costumes, tudo são aspectos que, dispersos em variados diplomas legislativos, integram a preocupação global da protecção à família, manifestada pelo Estado.

Há, porém, ainda todo um outro sector que tem sido e é objecto das preocupações legislativas, também pelos reflexos que tem na família: trata-se do trabalho das mulheres fora de casa. Aceitando um determinado estado de coisas — a corrida cada vez maior das mulheres para o trabalho fora de casa — o Estado adoptou a solução de regulamentar esse trabalho, presentindo que ele colidia com o papel que a mulher, por natureza, é chamada a desempenhar no seio da família. Se ao homem, como chefe de família, cabe dedicar-se a uma profissão, para com ela ocorrer à manutenção económica da mesma, a mulher (tal e todo o trabalho diferente, feito das lides domésticas, da criação e da educação dos filhos e do cuidado pelo bem estar geral da família. Fácil é concluir que, acrescentar a esta tarefa tão importante, difícil e absorvente, o trabalho numa profissão qualquer, é arriscar-se a prejudicar e tornar pouco eficientes ambas as coisas. E daí a necessidade de uma regulamentação desse trabalho, pela qual, indirectamente, o Estado visa proteger a família. E desde as proibições de determinadas tarefas às mulheres (e aos menores), no despacho de 15 de Setembro de 1934, por poderem ser nocivas à sua saúde, desde

a regulamentação do trabalho nocturno no dec. 24.402 de 24 de Agosto de 1934, reforçado pelo despacho de 1 de Agosto de 1955 («as mulheres e os menores de 18 anos não podem trabalhar normalmente nos estabelecimentos industriais nem antes das 7 h. nem depois das 20 h.») na preocupação de salvaguardar os bons costumes e assim dignificar a família, até à protecção concedida às mulheres em período de gravidez, parto ou aleitação (a grávida pode pedir mudança de tarefa, se executa normalmente trabalhos que possam prejudicar a gestação, não pode ser despedida sem justa causa no período de gravidez, tem direito a 30 dias de férias por altura do parto e devem ser-lhe concedidos, depois deste, 2 períodos por dia para a amamentação dos filhos e ainda as empresas industriais com mais de 50 mulheres são obrigadas a construir creche ou a contribuir com a taxa de 6\$00 por mês, por mulher, para o Fundo do Socorro Social, que vai ajudar a crianças) — tudo isso é a concretização do princípio geral, contido no Estatuto do Trabalho Nacional, que no art. 31 diz: «O trabalho das mulheres e dos menores fora do domicílio, será regulado por disposições especiais, conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social».

Como se verifica, na parte aplicável, também os menores são abrangidos pelas disposições anteriores, como membros

frágeis da família que interessa proteger.

E, agora, depois de vermos a preocupação que merece esta regulamentação do trabalho das mulheres fora de casa, que, na sua maior parte, se destina às mulheres casadas e por elas se justifica, e a relativa abundância de disposições que já se lhe dedicaram, talvez se seja levado a um certo entusiasmo, que me parece não ter raízes sólidas de verdade. Suponho que a protecção à família que por elas se prossegue, está desviada do seu verdadeiro objecto. Sei que ela traduz a boa vontade do Estado em servir-se o melhor possível dum dado circunstancial que se lhe apresenta — a saída das mulheres casadas para as profissões. A corrente é geral e irrompeu com muita força e sem que, pela sua própria tumultuosidade fosse possível logo tomar consciência do seu significado. Mas talvez tenha chegado o momento de fazer uma paragem e valorar — assim como nas pessoas, à adolescência rica de forças novas e incontroláveis, sucede a idade adulta em que se definem os valores e se hierarquizam. E, sem entrar na discussão do problema muito complexo, penso que, como princípio, as mulheres casadas têm o seu melhor papel humano e social dentro da sua casa. E que dificilmente o poderão desempenhar bem, distraíndo-se dele — sem querer, de modo nenhum, estabelecer regras inflexíveis, onde não pode havê-las, por definição.

Por isso me parece que o

Estado deveria entrar decididamente pelo caminho que conduz à raiz do problema — seria a protecção mais autêntica: se as mulheres, em geral, saem para as profissões por necessidades económicas (o que se admite), então interessava criar condições para que essa determinante não se desse e a família pudesse só com o que o chefe ganha, manter-se na sua verdadeira feição, em que cada um ocupa a esfera que lhe pertence, dentro dela. Era ir até ao fim no caminho do abono de família, que pela sua exiguidade, está aquém das suas possibilidades como solução. E as vantagens que adviriam para o progresso humano e social, do encontro do equilíbrio neste problema, seriam a melhor justificação para as leis de um Estado que a si mesmo se limita pelo direito natural e pela moral cristã.

No entanto, a completa solução do conflito não pode ser, comodamente, atirada para o Estado. Porque os problemas humanos nunca podem reduzir-se a meros dados económicos e há toda uma gama de factores a dar-lhes tonalidades, também aqui as mulheres têm uma responsabilidade de consciencialização. E, quando elas reconhecem como era falaz uma certa embriaguez de «independência» e «emancipação» que as tomou, terão ajudado, de maneira decisiva, a Lei a defender as famílias, de que elas hão-de ser sempre o fulcro e a alma.

**Maria Filomena Cruz**

# A Família Indígena em África



Deve haver quem se admire de eu dizer que é difícil escrever sobre a família indígena em África, depois de ter passado 3 meses a observá-la e a procurar compreendê-la. — É possível que tenham razão em admirar-se; mas a verdade é que havendo muita coisa que eu posso descrever, me sinto incapaz de julgar, porque para o fazer com justiça é indispensável transpor o abismo que separa dos nossos, os critérios e escalas de valores indígenas. Ora essa transposição nem sempre é fácil.

A vida social e familiar dos nativos varia de região para região. Pode dizer-se, todavia, que, duma maneira geral, o nível de civilização é muito baixo. Entre as inúmeras causas que explicam esse facto, parecem-me fundamentais a falta de contacto com outras raças, a depressão causada pelo clima, as doenças próprias dos Trópicos e, sobretudo, as condições extremamente desfavoráveis em que os indígenas são forçados a fazer a exploração do solo. Essas condições provocaram uma extraordinária limitação do convívio social e impossibilitaram o nativo de se dedicar a outra profissão, que não a agricultura. Não existe, portanto, aquela permuta de serviços e bens entre os diferentes membros de uma sociedade que é um dos factores mais importantes do progresso humano.

A família indígena é quase sempre poligâmica. Mas, ao contrário do que muitos pensam, não é ela a única responsável por esta situação. Foi para mim uma surpresa verificar que para muitos nativos a posse de várias mulheres conta sobretudo como um acréscimo de mão de obra e como meio de criar um maior número de filhos, que mais tarde ajudarão nos trabalhos do campo.

O chefe supremo da comunidade familiar é o pai, do qual dependem directamente todos os membros. Ele é na Terra o liame que liga os vivos aos mortos e o representante visível do direito ancestral que regula a vida e actos de toda a família. É também o detentor do poder e direitos à face da lei e exerce em relação aos filhos uma tutela rigorosíssima que, com as raparigas, vai até ao ponto de lhes negociar o casamento sem as consultar.

Este casamento é considerado um contrato pelo qual marido e mulher se propõem perpetuar a descendência. Em verdadeiro direito gentílico é indissolúvel, mas tive ocasião de observar alguns casos de anulação e por razões que em nada o justificavam.

O alambamento, ou compra de noiva, é olhado por todos como uma fonte de receita; mas, do que me disseram, parece-me poder concluir que em princípio apenas se pretendia com ele regular a ordem social e moral no matrimónio. De resto, ele é ainda a única garantia do cumprimento dos deveres conjugais e paternais.

O indígena médio tem 2 a 3 mulheres que compra em geral com 14 ou 15 anos. Para cada uma constroi uma casa ao lado da sua e a todas procura tratar igualmente para evitar conflitos. São elas que têm a seu cargo o sustento de toda a família e por isso trabalham o dia inteiro, no campo, enquanto os homens passam quase todo o dia a descansar, pois têm apenas a seu cargo a construção das casas, a caça, a venda dos produtos do campo e a administração do dinheiro.

Na família, as mulheres ocupam, sem

reacção, uma posição de inferioridade, que parece tender a agravar-se cada vez mais, pois em muitas regiões só os homens entram em contacto com os europeus, o que vem aumentar a sua superioridade em relação a elas. As crianças crescem totalmente abandonadas.

As mães procuram sustentá-las o melhor que podem; mas não as sabem educar. Os pais tratam-nas, por vezes, com uma paciência e carinho raros, mas também não se sentem responsáveis pela sua educação. Interessa-lhes, apenas, negociar para as filhas um bom casamento e, em alguns casos, encaminhar os filhos para os grandes centros, onde mais facilmente poderão arranjar o dinheiro necessário para a compra da noiva.

Só nos sítios, onde há missões, é que a mulher está a começar a impor-se. Conseguir, porém, fazer respeitar o casamento monogâmico é ainda a maior dificuldade dos missionários. Em muitas regiões generalizou-se o costume dos noivos, algum tempo antes do casamento, levarem as raparigas às missões para aí aprenderem o catecismo e um mínimo de serviços domésticos. Com esta preparação, muitas conseguem criar em casa um ambiente bastante superior ao das outras e é possível que com o tempo elas venham a exercer uma acção benéfica no meio.

As missões já fizeram muito pela elevação da família indígena em África; mas há, ainda, muito que fazer e para isso elas precisam do apoio de todos nós. Precisam que todos as ajudemos. Os que estamos longe, com oração e ajuda material; os que estão perto, com o seu trabalho efectivo.

Das raparigas que vão viver para o Ultramar as missões esperam, sobretudo, um auxílio eficaz na actuação educativa junto da mulher indígena, de cuja elevação depende todo o levantamento da família.

**Maria Antonieta Santa Clara Gomes**

## Seminário Africano

É já em Dezembro próximo que se realiza em Achimota, Ghana o Seminário Africano, reunião de estudo, em que pela 1.<sup>a</sup> vez se encontrarão juntos os dirigentes católicos africanos de todas as universidades, para estudar e discutir importantes problemas que a Igreja e a Universidade hoje encontram em África.

Assim, a par de ideias de base

— O Leigo e o Corpo Místico de Cristo

— A responsabilidade cívica do estudante africano

— A Missão da Universidade

tratar-se-á temas de estudo acerca dos problemas reais da Universidade Africana.

— A situação material da Universidade Africana

— A Universidade Africana e o Estado

— A Universidade Africana e a Sociedade

— A Universidade Africana e a Religião

— Relações entre as Universidades Africanas

— A educação da rapariga africana.

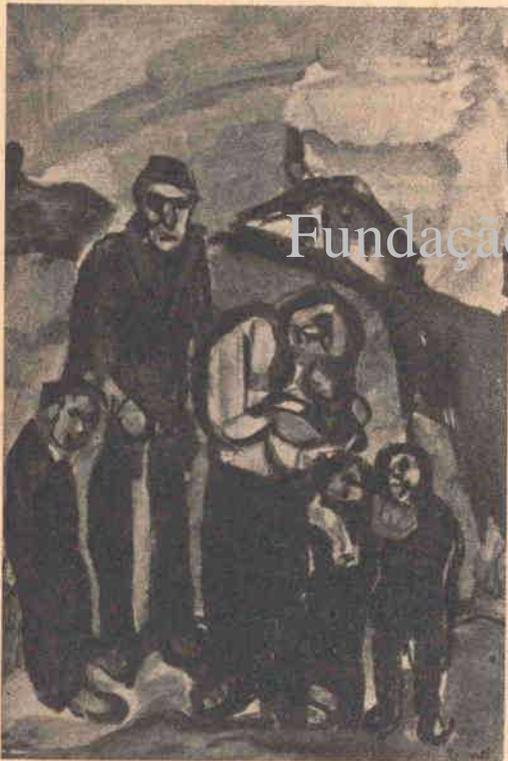
A partir daqui, focar-se-á a responsabilidade importantíssima do grupo católico na Universidade.

E ao mesmo tempo que se procurará infundir o espírito e o ideal da Pax Romana, tentar-se-á lançar as bases de um plano de trabalho regional.

É desnecessário acentuar a importância que este encontro reveste, talvez mesmo para o rumo que há-de orientar o futuro do Continente Africano.



## Alguns dados sobre a situação das famílias pobres na área de Lisboa



A Família — Ronault

Não existe qualquer estudo sobre a situação da família pobre, entendendo como tal, «aquela cujos recursos não são suficientes para se manter de acordo com o seu nível social». O que vamos escrever portanto, acerca de famílias pobres na área da capital, é o resultado do que temos podido observar e da reflexão sobre alguns dados que nos forneceu o Instituto de Assistência à Família.

Em 1953, segundo apurou este instituto, entre as famílias da área de Lisboa, que a ele recorreram, 951 viviam em barracas, 4.216 em quartos, 1.105 em partes de casa, 4.885 em casas alugadas. Nessas mesmas famílias, verificava-se 5.595 casos de desemprego por doença, 1.449 por falta de trabalho, 54 por falta de preparação profissional, 76 por falta de readaptação ao trabalho. A capitação média mensal nestas famílias era de 87\$00.

Estes números expressam apenas, uma amostra da realidade referem-se somente aquelas famílias com quem o I. A. F. mantém contacto. Para mostrar que é assim, basta indicar que há em Lisboa, 7.434 barracas.

A situação em 1957 é sensivelmente a mesma de 1953, como o sabem todos

aqueles que têm conhecimento directo desta parte da população. Por consequência, as considerações que então se poderiam fazer, conservam toda a sua força.

É evidente que a grande massa destas famílias, vive em precárias condições de habitação. As barracas, na maior parte, não são assoalhadas e a sua defesa contra a chuva e o frio é mais que deficiente. Os quartos são talvez ainda piores do que as barracas, porque na única divisão dorme e faz a vida normal, toda a família: pai, mãe, filhos de ambos os sexos e, em frequentíssimos casos, outros parentes. E, se estes quartos forem uma série de gaiolas, sem ar nem luz, separadas umas das outras por frágeis tabiques ou folhas de jornal, pode-se supor em que ambiente de promiscuidade material e moral, as pessoas se encontram. Por estas «habitações», pagam-se rendas que, em média, vão de 50\$00 a 300\$00.

Com a capitação baixíssima que atrás indicamos, é facilímo concluir quais as possibilidades de vida digna que têm estas famílias.

Sem um mínimo de condições materiais, a sua energia para lutar vai-se extinguindo e até a força do instinto de conservação decai. Encontram-se numerosos casos de pessoas que não têm o menor interesse em ir ao médico, embora se sintam doentes. Costuma-se falar em desleixo; mas até que ponto uma pessoa mal alimentada, mal vestida, a dormir numa barraca ou num quarto imundo, onde se acotovela tanta gente, terá energia para estar manhãs ou tardes inteiras em hospitais ou dispensários; para correr dum lado para o outro, para tirar radiografias e análises, contactando com um pessoal que, decerto por excesso de trabalho, nem sempre, tem para com ela, o respeito que merece.

Como indicação das condições sanitárias destas famílias, apontamos os números de 1953, ainda fornecidos pela I.A.F.: 5.244 casos de tuberculose, 2.163 de reu-

matismo, 730 de doenças mentais.

Chega-se muitas vezes a este quadro material, porque o chefe de família não tem a preparação profissional necessária para encontrar um emprego, cuja remuneração lhe permita fazer face às despesas do agregado familiar.

Compreenderemos a causa desta ausência duma profissão definida, se nos lembrarmos que, em grande maioria, estas famílias vieram da província para Lisboa, praticamente à aventura, porque não encontravam nas suas terras, condições de vida.

Segundo indicação da I.A.F., em 1955, entre as famílias, que, em Lisboa, recorrem aos seus serviços, 8.464 eram imigrantes; havia nelas 2.930 trabalhadores eventuais não diferenciados; 1.193 vendedores ambulantes; 717 operários da construção civil. Como consequência 3.706 dessas famílias eram pobres e 1.137 não tinham recursos de espécie nenhuma.

Numa atmosfera de tão extrema pobreza, em que falta o mais necessário, em que não há um ponto de apoio sólido, não é possível estabelecer uma família capaz de cumprir as suas obrigações. Para suprir as deficiências do salário paterno, a mãe, os filhos mais velhos trabalham também. As crianças ficam sòzinhas, entregues às mais diversas e mais perigosas influências. À noite, os pais cansados não estão dispostos a prestar-lhes atenção. De resto não é muito possível passar um serão agradável, numa barraca ou num quarto, onde não pode haver um mínimo de recato; onde se cozinha, se dorme, se lava a roupa, se faz tudo, em suma.

As crianças criadas nestas condições não podem ter uma vida psíquica equilibrada; e de certo modo, muito menos, uma consciência bem formada.

A juventude, sem amparo, cai com facilidade apavorante. Mães solteiras, «experiências conjugais», famílias ilegalmente constituídas — são casos que se vão



tornando vulgares e aceites sem grande escrúpulo.

A escola primária não tem condições para a tentativa de contrabalançar, tanto quanto possível, as deficiências familiares. Normalmente as classes estão superlotadas e os professores vivem na compreensiva obsessão, de meter na cabeça dos alunos os programas extensos e inadequados em alguns aspectos, às necessidades reais.

Os locais de trabalho também não prestam o menor auxílio ao adolescente, já marcado por um ambiente familiar tão desorganizado e inseguro. O que no contacto com os companheiros de trabalho, ele aprende muitas vezes, é uma atitude de rebeldia perante a família, que o leva a desejar estar o menos possível junto dela. E, se este traço é próprio da adolescência, num meio familiar como aquele a que nos estamos referindo, ainda mais se vinca, levando com frequência à prática de pequenos (e tantas, tantas vezes, grandes) delitos.

E para cavar uma separação maior, entre os membros da família, lá estão as tentações que chamam tal e qual cidade e feiras.

Impossível quase — pelo menos humanamente — a existência de vida cristã nestas famílias. Das 8.464 vindas da província, portanto com alguma preparação, apenas 1.444 se conservaram praticantes. Não significa isto hostilidade franca à Igreja; há sim, um grande e profundo desconhecimento. No lugar da verdade, surgem o erro e a superstição. O espiritismo muito mais do que o protestantismo, encontram nestas famílias, campo aberto para se expandir.

As grandes deficiências materiais, aliadas à ausência de formação moral e religiosa, levam naturalmente, à aceitação do aborto e das práticas anticoncepcionais.

Em traços rapidíssimos e que estão longe de dar a crueza brutal da realidade, esta é a situação de elevado número de

famílias que se espalham especialmente, pelos Olivais, Chelas, Alfama, Bairro Alto, Alcântara e Ajuda.

Mas não são estas apenas, as famílias pobres, de acordo com a definição que demos inicialmente. Há toda uma população de plano social médio, cujos recursos são deficientes e não permitem criar a atmosfera familiar propícia ao desenvolvimento das virtudes que nela existem em germen.

Se em relação às famílias dum nível social menos elevado, há, ainda que escassas, algumas indicações, sobre aquelas a que nos referimos agora, os elementos de avaliação faltam completamente. No entanto, todos conhecemos senão centenas pelo menos dezenas, de casais jovens que principiaram há pouco, a organizar o seu lar, e que se debatem com as maiores dificuldades.

Normalmente são rapazes e raparigas que vêm de famílias equilibradas, mas modestas, que apenas lhes puderam dar um curso comercial ou alguns anos de liceu. Com estas habilitações, os rapazes conseguem uma remuneração que varia entre 900\$000 e 1.500\$000, quase sempre. Resultado: a mulher tem de trabalhar; e os problemas que indicámos para as famílias a que há pouco nos referíamos, põem-se aqui também com a mesma agudeza.

Mesmo na hipótese de conseguirem uma casa com renda acessível e portanto, sem necessidade de hóspedes, não chegam a ter um verdadeiro «lar». A mulher ausente todo o dia, não pode imprimir à casa o ar de acolhimento, de serenidade, que ela deve ter para se tornar cativante ao marido e aos filhos. Além disso, depois dum dia de trabalho, num ambiente onde nada está preparado para a receber de acordo com as suas características físicas e psíquicas, não é de esperar que a mulher esteja com as disposições óptimas para resolver os problemas familiares.

Nesta luta diária, vai-se embotando a

sensibilidade. E como normalmente a educação religiosa e moral recebida era muito mais fundada na tradição do que em elementos sólidos, fácil lhes é enveredar pelo caminho das soluções piores. Quanto mais distrações, mais esperança de suportar a vida e esquecer o que é desagradável; portanto: cinema, praia, excursões, se possível até à saciedade.

Subindo mais na escala social, é possível encontrar um número grande de famílias entre aquelas cujos chefes se dedicam às profissões liberais, com dificuldades bastante semelhantes às já apontadas.

Tudo isto que dissemos, foi apenas um esboço muito vago de questões complexas e gravíssimas. Pode-se perguntar: mas não se faz nada para as solucionar? Decerto que faz; simplesmente as dimensões dos problemas não permitem que sejam A ou B a resolvê-los sòzinhos e dum dia para o outro.

A acção que se impõe prosseguir e realizar exige o esforço coordenado de todos, quer detenhamos posições oficiais, quer sejamos simples particulares. Um sério estudo de conjunto das condições reais de vida nas diversas zonas do país, das possibilidades industriais e agrícolas de cada uma delas, de modo a lançar simul-

tâneamente uma série de empreendimentos de carácter económico; a organização duma autêntica orientação profissional, acompanhado da renovação total do ensino, o estabelecimento duma rede de serviço social, abrangendo todo o país e podendo entregar-se a um trabalho educativo — estas e muitas outras facetas duma solução verdadeiramente eficiente, não podem ser realizadas a golpes de força de uns poucos, mas têm forçosamente de ser obra de todos, se queremos que os seus resultados se mantenham. Para isso impõe-se a necessidade de criar uma mentalidade nova, a qual se há-de traduzir no despertar de responsabilidades, que crie em cada um, a generosa inquietação dos outros; no encarar as questões com lealdade no que elas têm de profundamente sério, procurando resolvê-los e não aplicar-lhes paleativos mais ou menos brilhantes; na coragem de cada um não se adaptar à ideia de que são inevitáveis as desgraças alheias, consolando-se porque já fez alguma coisa. Na medida em que cada um se reconhecer membro da sociedade, mais apto está a compreender os problemas alheios; e a empenhar-se sinceramente, em dar a sua parte, para o esforço comum de reconstrução.

**Julieta Marques Cardoso**

# Edith Stein



Quando num dia de Agosto de 1942, entre um número considerável de mártires cristãos, a vida extraordinária da carmelita Teresa Benedita teve o seu desfecho provavelmente numa câmara de gaz de Auschwitz, perdia o mundo um notável espírito filosófico e entrava no seio da comunidade cristã mais uma Virgem Mártir.

A contribuição de Edith Stein à humanidade não se resume, apenas, aos seus estudos, à sua obra filosófica; foi toda uma vida orientada por um desejo de procura do sentido mais profundo, dos princípios essenciais que presidem à existência, não só do homem, mas do próprio universo, de tudo aquilo que é. Foi esta aspiração de verdade, a perretração, de ascese que ela concretizou, tanto na sua vida como na ciência que aprofundou.

Esta maneira tão própria de olhar o mundo com largos horizontes, aliada a uma sensibilidade tão pura que mergulha numa profunda vida interior, fez de Edith Stein uma mulher, em que duma forma sublime desabrochou a verdadeira feminilidade. Ela é bem aquele símbolo com que sonhava Gertrude Von Le Fort: a mulher que, apesar duma vida dura de estudo, não rompe o véu do mistério que lhe vem da Virgem, e que, ao mesmo tempo, é o elo que liga o homem à divindade.

Só teve um amor no mundo: o amor à verdade, que a orientou na sua vida filosófica, que a havia de conduzir a Cristo e que a fez entrar no conhecimento duma verdade nova, viva vista na perspectiva da Fé divina, com a ajuda do

seu espírito filosófico e teológico.

É uma inteligência clara e um vasto saber adquirido à custa duma vida de esforço que impôs a si própria e uma forte sensibilidade que marca o seu pensamento, as suas actividades humanas, tanto enquanto professora de Universidade como quando presidia a cursos sobre questões religiosas quando pensou e traçou um vasto plano de educação de jovens. Assim se percebe que soubesse conquistar tantos corações de adolescentes, cuja educação lhe estava entregue e a admiração de homens eminentes, um dos quais o seu Professor, de quem era assistente — Husserl, o fundador da fenomenologia.

Um dos principais trabalhos, que a havia de levar a um debate filosófico com o seu Mestre, foi a tradução em língua alemã da obra de S. Tomás de Aquino: «*Questiones Disputatae de veritate*».

Edith Stein lançou numa época, por um lado atulhada de conceitos liberais e por outro das ideias «feministas», novas luzes cristãs sobre o verdadeiro sentido da Presença Feminina no mundo. Assim, tendodefinido uma natureza feminina, bem patente numa análise de diversas

ciências, nomeadamente Psicofisiologia, Teologia, Filosofia, estabelece uma visão global de educação, cuja finalidade é fazer desabrochar, na rapariga, o que tem de humano, de feminino, de individual, orientado segundo a ordem eterna, sem a desenraizar das exigências temporais.

Situando a mulher quanto à profissão, diz: A mulher está mais ligada ao que vivo e pessoal e tende a agarrá-lo na sua totalidade, afim de o proteger, alimentar e conservar, só lhe interessando a coisa em si quando mergulha no que é humano. Assim tem profissões, onde será mais fácil encontrar uma unidade e onde o dom de si, o potencial de amor, possa transbordar sem se perder, sendo ao mesmo tempo certo que um trabalho de formação intelectual evita o perigo de cair num sentimentalismo vazio e, lhe dá uma certa maturidade e harmonia interior.

Contudo, qualquer que seja o campo onde trabalhe, há sempre aí um lugar para ela, enquanto se conservar mulher e muitos se poderão enriquecer com esta nova tonalidade, que lhe faltou durante séculos.

Ainda dentro da Igreja, há uma posição que deverá sempre ocupar pada edificação do Reino. A vida da graça continua através dos tempos inserida na vida natural que ela transmite. Mas, dentro da dimensão da Igreja, tem de ultrapassar os seus próprios filhos a cooperar na maternidade sobrenatural da Esposa Mística de Cristo.

Só quando o homem e a mulher desenvolverem os seus próprios dons em plenitude e pureza, a vida divina penetrará mais profundamente na vida terrestre.

**Maria Teresa Bastos**

«A mulher ocupa um lugar essencial na maternidade sobrenatural da Igreja. Em primeiro lugar, pela sua maternidade física, porque, para que a Igreja se realize, é necessário que a humanidade se perpetue, sendo a vida natural, condição para a vida da graça. A realidade da alma e do corpo da mulher é feita para a maternidade natural, e a criação dos filhos, santificada pelo sacramento do matrimónio, é parte integrante do processo vital da Igreja. Contudo, a participação da mulher na maternidade sobrenatural, vai mais longe. Ela tem por vocação, despertar a vida da graça e cooperar no seu desenvolvimento nos seus filhos, se bem que ela represente um órgão imediato da maternidade sobrenatural da Igreja. Contudo, neste ponto, ela não se limita aos seus próprios filhos. Em primeiro lugar, o sacramento do Matrimónio acorda nos esposos a vocação de se encorajarem mutuamente no caminho da graça. Além disso, é dever da mulher no lar, estender a sua solicitude maternal, a todos aqueles que vivem à sua volta. Finalmente, é um dever essencialmente cristão, o de acordar e encorajar a vida da fé nas almas, todas as vezes que é possível fazê-lo. Contudo, se a realização deste dever, resulta da maneira especial da vocação da mulher, é graças ao lugar que ela ocupa, junto do Senhor».

(De «Frauenbildung und Fraueberufe»  
de Edith Stein)

Trad. franc. «La femme et sa destinée».

# Notícias de Pax Romana

## Impressões de São Salvador



«We'll meet again in Central America» — diziam eles, quando nos despedimos, o ano passado, na Assembleia de Viena. — Eu nem respondia. A ideia parecia-me tão absurda, que não valia a pena entrar em explicações. Se me estivessem a propor a próxima reunião na lua, eu não acharia menos viável a minha ida...

Este ano, quando desembarquei no aeroporto de S. Salvador e avistei ao longe o grupo que nos tinha vindo esperar, não pude deixar de lembrar esta cena. — Ali estava eu, perante o «absurdo realizado». Ali, naquela terra tropical e diferente, violenta nos seus coloridos e trovoadas, desconcertante no contraste entre a riqueza das «Vilas» modernas e a miséria das ruas estreitas, apinhadas de índios, a oferecerem-nos com ar triste os seus bolos de arroz, flores e frutos açucarados.

Mas não era só o contacto com uma natureza e uma vida tão novas para mim, que me impressionava. Era sobretudo a sensação de estar a experimentar mais uma vez a grande comunidade que é a Pax Romana... De estar de novo a sentir-me uma com todos aqueles 110 estudantes continentais, muitos dos quais tinham, como eu, atravessado o oceano, para, em conjunto, pensarmos e definirmos a resposta da Universidade aos gran-

des apelos da Igreja no nosso tempo.

Foi muito bom tornar a encontrar os conhecidos, e foi igualmente bom conhecer os «novos».

Como a comissão Sul Americana estava ainda a terminar a elaboração do seu programa para os próximos 4 anos, tivemos os dois primeiros dias mais ou menos livres. Aproveitámo-los para contactos pessoais e troca de impressões sobre os nossos países e federações. Falámos da situação em Maláia, no Vietnam, na Polónia, em Portugal, em Haiti... Penso que foi para todos um enriquecimento grande e uma aproximação que nos manteve especialmente unidos durante as reuniões que se seguiram.

A 28 de Julho começou o Seminário de Formação. Foram 4 dias de trabalho intenso, com algumas conferências de bastante interesse e muitas discussões cheias de entusiasmo. Para mim, a maior lição foi a maneira como todos estavam comprometidos no problema e a seriedade com que aproveitavam os seus diferentíssimos pontos de vista. É verdade que se teria aproveitado mais o tempo se todos nos tivéssemos preparado melhor e se alguns não se prendessem tanto às experiências concretas dos seus países. Mas estou certa de que todos saímos de lá com uma noção mais justa de civismo, com um amor maior ao temporal e com uma

confiança mais forte na eficácia do nosso pequeno contributo para a construção da Cidade terrena.

À abertura da Assembleia Interfederal presidiu o Chefe de Estado e os trabalhos começaram no dia 4 de Agosto de manhã. — Se disse que no Seminário o trabalho foi intenso, tenho que dizer que na assembleia se trabalhou «à doida». A importância dos assuntos que havia para discutir e votar — Relatórios da presidente e secretário geral, Manifesto, revisão dos Estatutos e programa a longo prazo — foi compreendida por quase todos, e tanto nas assembleias gerais como nas comissões se sentia o desejo de fazer render o trabalho ao máximo tentando descobrir as soluções mais adequadas ao momento que a PR vive.

Houve ocasiões difíceis, porque nem sempre todos se esforçaram por libertar de outros interesses os ideais apostólicos da Paz Romana, mas parece-me que, duma maneira geral, se pode dizer que esta assembleia foi um passo muito importante na vida do Movimento.

Todos participaram, disse eu atrás, e quase todos deram o seu melhor. Penso, no entanto, que ninguém pode deixar de concordar que, sem a inteligência e fir-

meza com que as discussões foram conduzidas pela Presidente internacional — a Maria de Lourdes Pintasilgo — e sem a eficiência com que toda a parte de organização foi tratada pelo Secretário Geral — Thom Kerstiens —, nem metade do trabalho se teria feito.

Que todos nós, participantes, saibamos trazer para os nossos países o exemplo de total dedicação à Igreja e ao Movimento que vimos neles realizado. E que todos saibamos transmitir, aos que ficaram, aquela experiência de unidade profunda que estes dois encontros gravaram em nós.

Transcrevo, para terminar, um comentário da delegada do Vietnam, quando, nas ruas de S. Salvador, homens, mulheres e crianças paravam para admirar o seu traje oriental: «Oui, je vous amuse par mon pantalon de soie, ma tunique à deux pans, ma petite taille. Mais au fond, je vous ressemble. Vous et moi, et ceux que nous rencontrons sur notre route, et ceux dont nous ne connaissons pas les visages, tous nous avons été créés par Dieu, à son image afin que nous soyons Un dans la Chaire du Christ».

**Maria Teresa Santa-Clara Gomes**



# Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro